

O BRASIL E O DEGELO

Contra a vontade das forças reacionárias — sob o leito dos imperialistas — iniciou-se uma nova etapa nas relações internacionais. Pela primeira vez depois da segunda guerra mundial, existe a tendência de se modificarem essas relações à base do reconhecimento da nova correlação de forças surgida

com a guerra, com a vitória sobre o fascismo. Pela primeira vez, as grandes potências imperialistas dão um passo sério para um entendimento entre os dois campos em que se divide o mundo, quando antes toda a sua política se orientava para impor um retrocesso à história.

A época, naturalmente, é

de satisfação e não de retribuições. Mas não se podem esquecer as origens nem as responsabilidades por esse prolongado período de tensão que algumas vezes levou o mundo à beira da guerra, para que não se repitam os erros do passado.

Preferem alguns comentaristas internacionais que caberia aos Estados Unidos o mérito pela iniciativa de uma aproximação com a União Soviética, enquanto outros Estados capitalistas da Europa (França e Alemanha Ocidental) resistem a essa política.

Esta não é toda a verdade. Basta formular algumas perguntas:

- 1) Quem iniciou a política dos blocos militares?
- 2) Quem impôs a discriminação no comércio internacional no pós-guerra?
- 3) Quem instalou uma rede de bases militares por todos os continentes e oceanos, cercando os países socialistas?

Nada disso poderia ser feito sem a iniciativa dos Estados Unidos, por exigência dos imperialistas norte-americanos. Foram eles que arcam com as

fabulosas verbas gastas nos últimos 10 ou 12 anos, e que ultrapassam de 500 bilhões de dólares!

Aos Estados Unidos, por isso mesmo, deveria caber a iniciativa de abandonar a política de guerra por eles iniciada e levada a extremos perigosos. Uma política elaborada em suas linhas mestras pelos generais americanos. Foram os Estados Unidos que durante muitos anos impediram o entendimento e a aproximação propostos pela União Soviética, China e demais países socialistas e, inclusive, por países neutralistas, como a Índia ou a Indonésia, na própria ONU.

A Inglaterra reconheceu a República Popular da China; os Estados Unidos se recusaram obstinadamente em fazê-lo, criando assim um sério foco de atrito no Extremo Oriente.

E a verdade é que somente nos últimos tempos, com a insuperável superioridade bélica do campo socialista, com os predíctos avanços da União Soviética na técnica dos foguetes teleguidados intercontinentais, os imperialistas americanos reconheceram que sua política de

«posições de força» tinha sua contrapartida, não era unilateral, e alvo não ficava inviolável mas contratuável.

Ao mesmo tempo, divergências cada vez mais sérias começaram a minar o próprio campo imperialista. A França retirou sua esquadra do comando atlântico dos Estados Unidos (no Mediterrâneo), recusou-se a estocar em seu território armamentos atômicos para a aviação estratégica dos Estados Unidos. Os americanos foram obrigados a transferir do território francês os coque-bombardeiros estacionados no Leste da França. Quaisquer que fossem os objetivos inconfessados da política de «grandeza» de De Gaulle, a verdade é que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) entrava em crise. Antes, o Pacto de Bagdá — a aliança militar dos imperialistas para o Oriente Médio — se desagregara com a defeção do Iraque revolucionado pelos nacionalistas de Karil Kessém.

E finalmente o aliado «mais firme» dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha, servia de desejos de acabar com a guerra fria, que tantos prejuízos tem causado a seu comércio mundial. A ida do Primeiro-Ministro Mac Millan a Moscou abalou mais ainda as posições dos Estados Unidos, ameaçando-o de isolamento internacional.

Esta é que é a verdade dos fatos.

Sómente quando os imperialistas americanos viram que sua política de posições de força fracassara e que a coexistência pacífica abria caminho sem eles e mesmo contra eles, é que se animaram a corresponder aos apelos universais em favor de um entendimento. Na realidade a guerra fria já entrava em pleno degelo...

E O BRASIL?

Estamos diante de um novo curso na política exterior dos Estados Unidos. A êle os Estados Unidos foram levados pela força das circunstâncias, por uma imposição histórica. Revelou-se insensata a alternativa dos tempos de Dulles: «Guerra ou capitulação». A alternativa é outra: «Guerra ou coexistência pacífica». E desde que nos voltamos para a coexistência pacífica a guerra será afastada como forma já antiquada de resolver os problemas internacionais.

Temos chamado a atenção aqui para a necessidade de abandonarmos a política reboquista em relação aos Estados Unidos que tem seguido o governo brasileiro, contra os mais vitais interesses do país.

E ainda agora, mesmo depois de acertada em definitivo a visita de Kruschiov aos Estados Unidos e de Eisenhower à União Soviética, certas forças teimam em amarrar-nos à velha política do Departamento de Estado de Washington que está sendo posta à margem pelo próprio Departamento de Estado.

Existem forças internas e externas interessadas em que nos atenhamos ao velho curso da política exterior. O embaixador americano Moors Cabott vem agindo abertamente, no Rio e em São Paulo, para impedir que nós também façamos uma revisão da inconsistente e insustentável política seguida pelo Itamarati. A posição do embaixador americano em relação ao Brasil pode ser resumida assim:

— Os Estados Unidos fazem a revisão de sua política com a União Soviética. Mas o Brasil não deve fazê-lo. Trata-se de um assunto «entre grandes». O Brasil nada tem que ver com isso. As coisas podem mudar entre os Estados Unidos e a Rússia, mas a América Latina continua a seguir a antiga orientação. A guerra fria pode amainar ou acabar-se entre as grandes potências. O Brasil não é grande potência...

Em São Paulo, na semana passada, Mr. Moors Cabott repetiu as «advertências» feitas no Rio ante a possibilidade de restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética. Os Estados Unidos podem manter, como sempre mantiveram nestes 25 anos, relações com a URSS. O Brasil não.

Tudo indica que as advertências do embaixador americano se repetirão em maior grau em Santiago, na Conferência da OEA, que se inaugurou esta semana na Capital do Chile.

O governo do Presidente Kubitschek não pode admiti-lo. Precisamos tomar em nossas próprias mãos a nossa política exterior, arrebatá-la do controle do Departamento de Estado. Se Cuba, um pequeno país, mais próximo dos Estados Unidos e, portanto, mais sujeito às iras do imperialismo lanque, pode seguir uma política independente, por que não podemos fazê-lo também?

CRÔNICA INTERNACIONAL

SOLIDARIEDADE A CUBA!

Instalou-se quarta-feira, 12, em Santiago do Chile, a Conferência de chanceleres da Organização dos Estados Americanos, para discutir a chamada «crise do Caribe». A «crise do Caribe» surgiu — para os imperialistas dos Estados Unidos — no dia seguinte à vitória de Fidel Castro em Cuba, com a derrota do sanguinário agente lanque Fulgêncio Batista. O fato deixou mais do que preocupados — alarmados — os magnatas dos Estados Unidos que têm interesses econômicos em Cuba: os proprietários e sócios das usinas de açúcar, os açucareiros do comércio açucareiro cubano. E não só a estes, mas também aos monopolistas da United Fruit Company em todas as Repúblicas centro-americanas. O exemplo de Cuba poderia frutificar em favor dos povos daquela região da América e, no fim de contas, em toda a América Latina, inclusive sobre o Paraguai, onde permanecem no Poder, mantido pela Standard Oil, o tirano Alfredo Stroessner.

Lembremos que imediatamente após a vitória de Castro, o Departamento de Estado convocou seus embaixadores na América Central, para consultas. Seguiu-se uma reunião dos representantes diplomáticos lanques na América do Sul. E os planos da convocação da OEA foram amadurecendo. Vieram as queixas, alarmantes de Trujillo e Somoza sobre supostas invasões da Rep. Dominicana e Nicarágua pelos barbudos de Castro. Esses alarmes se multiplicaram, até criar-se um ambiente em que a OEA foi convocada.

A sugestão de Cuba para que sejam discutidas questões de caráter econômico só a muito custo foi admitida pelos Estados Unidos, que inicialmente a recusaram.

Porque o objetivo exclusivo dos norte-americanos é criar uma situação tal, que lhes permita intervir descaradamente em Cuba, como o fizeram em 1954 na Guatemala, derrubando Jacobo Arbenz e restaurando os domínios da United Fruit.

O objetivo é derrubar Fidel Castro, o governo popular cubano que dá início à reforma agrária que beneficia os camponeses de Cuba, mas afeta os interesses dos magnatas americanos do açúcar.

Os Estados Unidos temem igualmente que venham a cair os últimos tiranos das Antilhas — agentes do capital de Wall Street — como caiu Batista, não obstante todo o apoio que lhe deram.

O fato de ter sido expulsos de Cuba a missão militar americana, irritou profundamente os militaristas do Pentágono. Receiam eles agora pela sorte de sua base militar de Guatamáno, cujas forças dobraram (para 25 mil homens) depois da vitória do povo cubano sobre a ditadura de Batista. Mas nem mesmo este ato abertamente hostil ao povo cubano conseguiu atemorizar Fidel Castro e seus companheiros, que contam com o firme apoio dos trabalhadores e do povo e as simpatias do Continente.

Na véspera de iniciar-se a reunião da OEA, o governo cubano esmagou uma conspiração armada contra ele. Evidentemente, essa conspiração estava articulada com a conferência da OEA.

Mas a lição da Guatemala ainda está bem viva. Os revolucionários cubanos estão unidos e alertas contra o círculo intervencionista dos Estados Unidos, arquitetado por trás da OEA.

De qualquer forma, a pequena e heróica nação cubana está em perigo. Impõe-se, por isso, a restrição solidariedade dos povos da América Latina a Cuba ameaçada. E' um dever sagrado de nossa parte esta solidariedade e o protesto enérgico contra as tentativas intervencionistas da OEA. O governo brasileiro, o Itamarati, não pode compactuar com semelhantes ações, que amanhã poderão voltar-se contra a nossa soberania.

RUI FACO

A Contribuição Da URSS

A principal contribuição ao atual alívio da tensão internacional foi dada pela União Soviética, particularmente depois da morte de Stalin.

Krushchiov imprimiu um novo rumo à política externa da URSS, uma orientação mais flexível, buscando mais abertamente a aproximação e o entendimento com todos os povos.

Quanto aos Estados Unidos, o governo soviético tem salientado nos últimos anos que uma melhora radical das relações entre as duas maiores potências mundiais — EE. UU. e URSS — constituiria a mais importante contribuição para a paz mundial.

Vêzes sucessivas o governo soviético propôs ao governo americano a assinatura de um tratado de não agressão e de amizade — mas sempre encontrava recusa de Washington.

Uma proposta deste tipo foi dirigida pela URSS em abril de 1956. Concretamente, sugeria ao governo dos Estados Unidos a conclusão de um acordo de amizade e colaboração pelo prazo de 20 anos. Semelhante acordo teria desimpedido, sem dúvida, um importantíssimo papel para a criação de uma atmosfera de confiança e teria constituído, há três anos passados, um golpe de morte na guerra fria.

Os Estados Unidos preferiram seguir o mesmo caminho encetado em Fulton, no Canadá, com o famoso discurso de Churchill, de declaração de guerra fria.

Posteriormente, Moscou tentou por todos os meios a convocação de conferências de chefes de governos — conferências de cúpula — para discutir e resolver as questões internacionais

herdadas da guerra. Mas os Estados Unidos estavam atolados até os cabelos na política de «dureza» ou de «posições de força» tão obstinadamente seguida por John Foster Dulles. Este afirmou certa vez que só restava a «sombria alternativa — guerra ou capitulação».

A URSS achava que não era esta a alternativa.

Em mensagem dirigida ao Presidente Eisenhower a 2 de julho de 1958, o Primeiro-Ministro soviético Nikita Krushchiov dizia textualmente:

«A União Soviética e os Estados Unidos da América, como as duas potências economicamente mais fortes, podem comerciar entre si em larga escala. Os Estados Unidos da América, nos últimos dez anos, ampliaram consideravelmente seu parque produtivo e, naturalmente, os círculos de negócios norte-americanos estão interessados numa ampliação substancial do comércio exterior. Simultaneamente, a União Soviética, cuja economia atingiu um alto nível, dispõe atualmente de possibilidades e recursos incomparavelmente maiores do que antes para comerciar com outros países. Inclusive os EE. UU.» («Pravda», 6-VI-1958).

Nos Estados Unidos, vênzes sensatas, embora isoladas, afirmavam que a política do Departamento de Estado estava radicalmente errada e precisava ser corrigida. A 6 de agosto do

ano passado o senador Fulbright declarou: «Nossa política externa está falida, tornou-se antiquada e atua da maneira errônea... Eu creio que se não se efetuar uma revisão radical e decisiva de nossa política exterior deparar-nos-emos com dificuldades ainda mais sérias do que atualmente».

DE KRUSCHIOV A EISENHOWER

«Estamos convencidos de que os esforços conjuntos dos países, e em primeiro lugar os esforços conjuntos dos Estados Unidos e União Soviética podem conseguir plenamente o saneamento radical da situação internacional. Um importante progresso pode ser a conferência de dirigentes de Estados, com a participação dos chefes de governos».

(De uma mensagem de Kruschiov a Eisenhower, de 11 de junho de 1958).

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Souto Jr.
Secretário — Fragomen

REDACTORES
Almir Mattos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luís Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1713 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 8.º andar, S/903 Endergo telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual ... Cr\$ 250,00
Semestral ... " 130,00
Trimestral ... " 70,00
Áerea ou sob registro, despesa à parte
N. avulso ... Cr\$ 5,00
N.º atrasado ... " 8,00

Perguntas e Respostas

P. — Sendo os Estados Unidos a potência dirigente das forças que planejavam uma guerra contra a URSS, a China e os demais países socialistas, partidários, hoje, de uma aproximação com esses países, seus aliados concordarão com esta política?

R. — Não será fácil obter a concordância para uma política de paz e coexistência da parte de governos que se alimentam da política de guerra fria. Não a aceitarão, certamente, os governos de tipo fascista como o de Franco ou Salazar. Não a aceitará a camarilha de Chiang Kai-chek em Formosa. A política de coexistência é repelida abertamente pelo governo ultra-reacionário de Adenauer, na Alemanha Ocidental.

Os grupos sociais que sustentam semelhantes governos temem perder as posições que conquistaram no pós-guerra e que só mantêm ainda à custa da ajuda dos Estados Unidos, dos milhões e milhões de dólares invertidos na corrida armamentista. Temem, principalmente, que um alívio na situação internacional determine o fortalecimento das posições de forças internas que lhes são opostas e que podem derrocá-los.

P. — As contradições ideológicas entre o Leste e o Oeste, ou melhor, entre o campo socialista e o campo capitalista devem impedir o acordo para a coexistência pacífica?

R. — As contradições ideológicas existem e continuarão a existir. Elas são inerentes a duas concepções do mundo e da vida, a dois sistemas sociais, econômicos e políticos diferentes. Nos Estados Unidos continua a dominar o regime capitalista, bem como na Inglaterra, na França e em outros países. Na União Soviética, China e outros países o socialismo atinge seu auge ou se consolida e na URSS se encontra já na fase de transição para o comunismo.

No entanto, isto não impede de forma alguma a compreensão, o entendimento, a coexistência, enfim, entre os dois sistemas. Essa coexistência se fará à base da não intervenção nos assuntos internos de um ou do outro, do respeito à soberania, da não violação da integridade territorial de um do outro. E, ao mesmo tempo, à base da liquidação de todos os obs-

táculos criados pela guerra fria, em primeiro lugar no terreno do comércio internacional. Devem acabar de uma vez por todas as discriminações insensatas de exportações para a URSS, a China e demais países socialistas. Essas discriminações visariam impedir o desenvolvimento econômico desses países. A vida mostrou de modo claro e inanimado de tais esforços. Os países socialistas avançam em todos os domínios da ciência e da técnica e já exportam suas conquistas tecnológicas e científicas. Este formidável progresso é também fator de entendimento, de compreensão, de colaboração amistosa. E, por fim, a vida mostrará qual o melhor dos dois sistemas.

P. — Os Estados Unidos eram, em bloco, a favor da guerra fria contra os países socialistas e, em última análise, em favor da guerra atômica?

R. — Não. As forças políticas predominantes nos Estados Unidos, durante muitos anos fizeram valer a política da guerra fria e de preparativos intensos para a guerra atômica. Mas nos Estados Unidos sempre existiram ponderáveis forças contrárias à guerra fria e à política de guerra atômica. Essas forças estão profundamente enraizadas no povo norte-americano, sobretudo em sua classe operária. Não podemos de maneira alguma confundir os imperialistas norte-americanos com o povo norte-americano. Aquêles podem durante um determinado período impor a sua vontade. Mas acabará por prevalecer a vontade do povo. Jamais deixou de haver demonstrações antiguerreiras nos Estados Unidos, mesmo no auge da guerra fria. Nos últimos tempos, políticos de destaque da própria burguesia americana se mostravam favoráveis a um entendimento com a União Soviética e ao reconhecimento da República Popular da China. O ex-embaixador George Kennan está entre eles, assim como os senadores Mansfield e Fulbright. Até mesmo o ex-secretário de Estado de Truman, Dean Acheson, vinha criticando ultimamente a política exterior do Partido Republicano imposta por Dulles.

Essas opiniões expressavam o profundo anseio que existe entre o povo norte-americano de que se resolvam por meios pacíficos os problemas internacionais em litígio.